



## Programa Dinheiro Direto na Escola: Evidências da Educação Básica no Nordeste

*Direct Money at School Program: Evidence of Basic Education in the Northeast*

Cletiane Medeiros Costa de Araújo<sup>1</sup>

Ítalo Fittipaldi<sup>2</sup>

Saulo Felipe Costa<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo buscou analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na região Nordeste, sob duas dimensões: i) O padrão descritivo de execução do PDDE na região Nordeste ao longo do período de 2014 a 2021; ii) A produção acadêmica sobre o Programa nas Instituições de Ensino Superior (IES) na região selecionada, no período de 2005 a 2021. Foi utilizado um desenho metodológico de avaliação descritiva e comparativa, buscando contribuir com os estudos sobre avaliação de programas governamentais educacionais. Os achados da pesquisa empírica sugerem que, embora o programa seja consolidado nas escolas nordestinas, há necessidade de atualização dos valores repassados e maior inserção na produção do conhecimento sobre o PDDE. Acredita-se que estudos dessa natureza possam auxiliar no refinamento dessa agenda de pesquisa e realização de futuros trabalhos com distintas abordagens metodológicas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Política Educacional. Financiamento da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

### Abstract

*This article sought to analyze the Dinheiro Direto na Escola Program (PDDE) in the Northeast region, under two dimensions: i) The descriptive pattern of execution of the PDDE in the Northeast region over the period from 2014 to 2021; ii) Academic production on the Program in Higher Education Institutions (HEI) in the selected region, from 2005 to 2021. A methodological design of descriptive and comparative evaluation was used, seeking to contribute to studies on the evaluation of educational government programs. The empirical research findings suggest that, although the program is consolidated in Northeastern schools, there is a need to update the values passed on and greater insertion in the production of knowledge about the PDDE. It is believed that studies of this nature can help refine this research agenda and carry out future work with different methodological approaches.*

**Keywords:** Public Policies. Educational policy. Education Financing. Direct Money at School Program (PDDE).

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora substituta do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: cletiane.araujo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8615-0979>.

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Ciência Política pela UFPE. Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB. Email: italofittipaldi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2314-4413>.

<sup>3</sup> Doutor e mestre em Ciência Política pela UFPE. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB. Pesquisador PNPD no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: s.felipe@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7175-0912>.

## Introdução

A consolidação de práticas de transparência no uso e aplicação dos recursos públicos conduziu nos últimos anos ao movimento de análise de políticas públicas baseadas em evidências (PPBE). O fortalecimento do princípio de accountability na administração pública trouxe a reboque a necessidade de se avaliar as políticas governamentais sob uma perspectiva empírico-metodológica que possibilite o aprendizado na entrega da política pública, aprimorando assim o desenho da política e a identificação dos resultados alcançados pela intervenção estatal (Pinheiro, 2020). A avaliação de política pública, sob tal perspectiva, consiste em um processo de aprendizagem da política (learning policy), conforme destacam Howlett et. al. (2013) acerca da adoção da lógica avaliativa de políticas públicas baseadas em evidência.

Por sua vez, a natureza da avaliação de políticas públicas, como ensina Scriven (2018), não se caracteriza apenas pela acumulação e síntese de dados coletados, mas, como um “outro braço” desse processo, volta-se também para a identificação de padrões relevantes, diferenciais de resultados em ambientes comparáveis e mensuração de possíveis efeitos da política estudada. Assim, considerando esta ótica conceitual, a adoção de práticas avaliativas voltadas para a busca de evidência possibilita ajustes e (re)configurações nas ações governamentais empreendidas com vistas ao aperfeiçoamento da política e maior retorno social da intervenção estatal. A busca por respostas às perguntas surgidas ao longo do processo de execução de uma política pública consiste no vetor norteador para a identificação da efetividade das decisões tomadas e instrumento que subsidiará os decisores públicos em outros estágios do processo decisório acerca da política em tela. Contudo, estudos de políticas públicas baseadas em evidências ainda são exceções no Brasil.

Segundo levantamento realizado por Farias e Sanches (2022), entre 2010 e 2019 apenas 23 trabalhos de dissertação e tese versaram sobre PPBE. Desses trabalhos, 16 foram realizados na região Sudeste, 4 na região Sul, 2 na região Norte,



apenas 1 na região Centro-Oeste, e nenhum na região Nordeste. Em paralelo a essa distribuição geográfica, os autores identificaram a concentração dos trabalhos em áreas temáticas. Assim, 17 daqueles 23 trabalhos de dissertação e teses voltou-se para a área de Ciências da Saúde, 5 para as Ciências Sociais Aplicadas (Economia, Gestão e Direito), 2 para a área de Ciências Humanas (Ciências Sociais), e 2 de natureza interdisciplinar. Ou seja, os autores não identificaram trabalhos especificamente voltados para programas educacionais (Farias, Sanches, 2022).

A avaliação de um dos maiores programas federais de financiamento da educação básica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é essencial para o aprimoramento do Programa e conseqüentemente os impactos na melhoria da qualidade da educação básica pública, oferecida em todo o território nacional. Com essa visão, a pesquisa em tela pretende servir como referência para a operacionalização da avaliação do PDDE, objetivando propiciar aos gestores governamentais, escolares e sociedade de uma forma geral, subsídios capazes de destacar os resultados operacionais e os possíveis impactos dessa política, identificando sua eficiência, eficácia e efetividade social através da apreensão da performance e das percepções dos diferentes sujeitos envolvidos direta e/ou indiretamente com a execução e os benefícios da política (Prestes, 2012).

Visando contribuir com a agenda de pesquisa em Políticas Educacionais baseada em evidências, o presente artigo buscará sedimentar duas vias avaliativas, a saber: i) O padrão descritivo de execução do PDDE na região Nordeste; ii) A produção acadêmica sobre o Programa nas Instituições de Ensino Superior (IES) na região selecionada. Assim, acredita-se, seja possível aperfeiçoar a implementação do Programa e amplificar o conhecimento sobre o mesmo, destacando o seu valor público e melhorando as mudanças qualitativas que já vem sendo efetivadas com a introdução dos recursos advindo do PDDE nas escolas, tanto nos procedimentos relacionados com a gestão democrática, como na melhoria da qualidade da educação (desempenho escolar), e com isso melhorar o atendimento dos interesses da sociedade, ou seja, do impacto social do PDDE.



O presente esforço analítico está distribuído em 3 seções, para além desta introdução. A primeira seção consiste numa compilação histórica e institucional sobre o PDDE. Na sequência, são expostos as escolhas metodológicas e os principais resultados que lastrearam as análises descritivas e bibliográficas. Por fim, foram elaboradas algumas considerações finais com o objetivo de suscitar uma visão panorâmica das evidências encontradas da política pública em questão.

## **2. Mas, por que é pertinente analisar o PDDE?**

Esse questionamento é essencial para compreensão da contribuição que pretende-se desenvolver, tanto sob a ótica acadêmica dos estudos, quanto das possíveis intervenções governamentais com vistas ao aperfeiçoamento do Programa. Inicialmente, é importante destacar o objetivo do PDDE, enquanto uma iniciativa do Governo Federal que objetiva prestar assistência financeira suplementar às escolas, sendo considerado um importante instrumento de financiamento da educação brasileira. Ademais, o PDDE busca dinamizar de forma colaborativa e participativa a gestão dos recursos das escolas, buscando reforçar as dimensões de autonomia gerencial, empoderamento social da comunidade escolar e qualidade educacional (Mafesoli, 2015; gomes et al., 2017; Ceolin et al., 2018; Silva et al., 2020).

Quando comparado aos distintos Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é perceptível a importância do PDDE como vetor de financiamento da educação básica, dada a natureza de sua destinação e a magnitude dos recursos alocados (Gráfico 1).



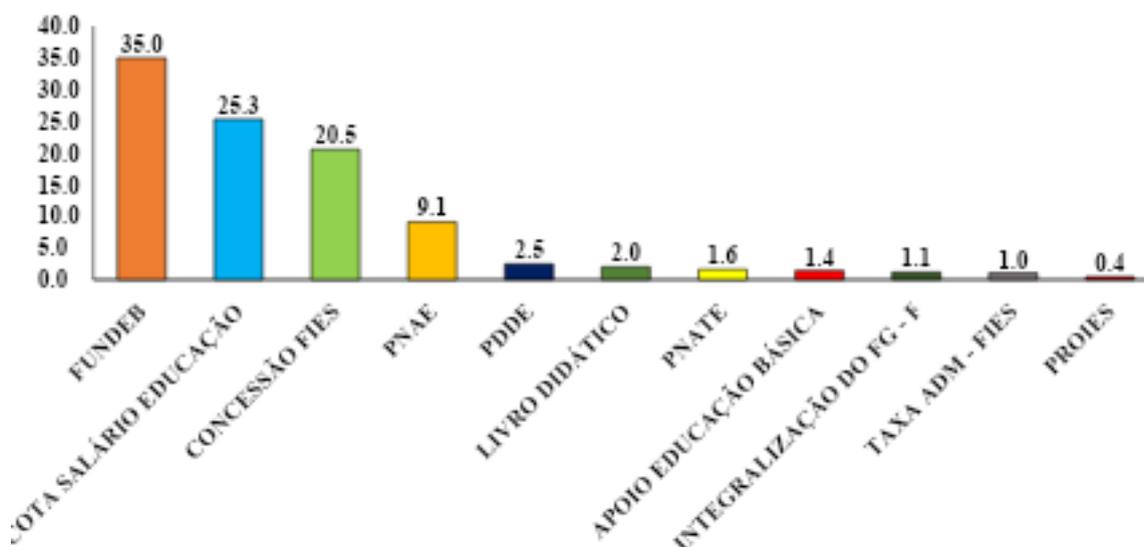


Gráfico 1: Participação % dos Programas do FNDE (2019). Fonte: Adaptado a partir de FNDE: Relatório de Gestão (2019).

O PDDE foi criado no contexto de reforma do Estado brasileiro, baseado em premissas de descentralização das políticas sociais. A gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) buscou organizar desde o início do seu mandato uma ampla reforma nas políticas públicas e nos aparelhos do Estado, materializado na criação do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), pautado especificamente pelo Plano Diretor da Reforma do Estado. Os pressupostos basilares desse instrumento institucional, era a racionalização do uso dos recursos públicos, através da internalização de mecanismos de reestruturação da estrutura organizacional do Estado como a descentralização, desburocratização e a focalização na avaliação de resultados.

Nesse contexto, em 1995, foi criado, inicialmente, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE)<sup>4</sup>, que posteriormente, em 1998, passou a ser denominado de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sendo gerenciado pelo FNDE do Ministério da Educação (MEC). O objetivo desse Programa era promover melhorias na infraestrutura física e

<sup>4</sup> Resolução do FNDE nº 12, de 10 de maio de 1995 (BRASIL, 1995).



pedagógica das unidades de ensino e incentivar a autogestão escolar, através da transferência de recursos da União para as Escolas Públicas (Mafassoli, 2015).

Ao longo da década de 1990, foram notados distintos movimentos de ampliação da importância do PDDE enquanto instrumento de financiamento da Educação básica, notadamente, por meio do ordenamento legal com as resoluções de implementação do Programa, apontando o funcionamento, formas de repasses, público alvo, dentre outros. Até 2008, o PDDE contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental, a partir de 2009, o Programa é ampliado consideravelmente e passa a assumir repasses de recursos financeiros de programas do governo federal voltados para outras etapas da educação básica: a educação infantil e o ensino médio.

<b>Resolução</b>	<b>Ordenamento</b>
Resolução nº 9/2011	Estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEX) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades Mantenedoras (EM), de que trata o inciso I, § 2º, do art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
Resolução nº 10/2013	Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009;
Resolução nº 15/2014	Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas.
Resolução nº 8/2016	Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências;
Resolução nº 6/2018	Altera dispositivos da Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, entre eles, fixa datas limites para repasses dos recursos e estabelece a exigência de atualização cadastral no PDDEweb como condição para ser beneficiário do programa.



Resolução 15/2021	nº	Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
----------------------	----	--

Quadro 1: Ordenamento Legal do PDDE.  
Fonte: Adaptado a partir do FNDE, 2022.

Desde a sua criação, em 1995, o PDDE passou por diferentes governos e apresentou modificações em sua estrutura gerencial. De acordo com o manual de funcionamento do Programa, as ações conhecidas como “ações agregadas” são designadas em duas contas, para além do PDDE básico, são elas:

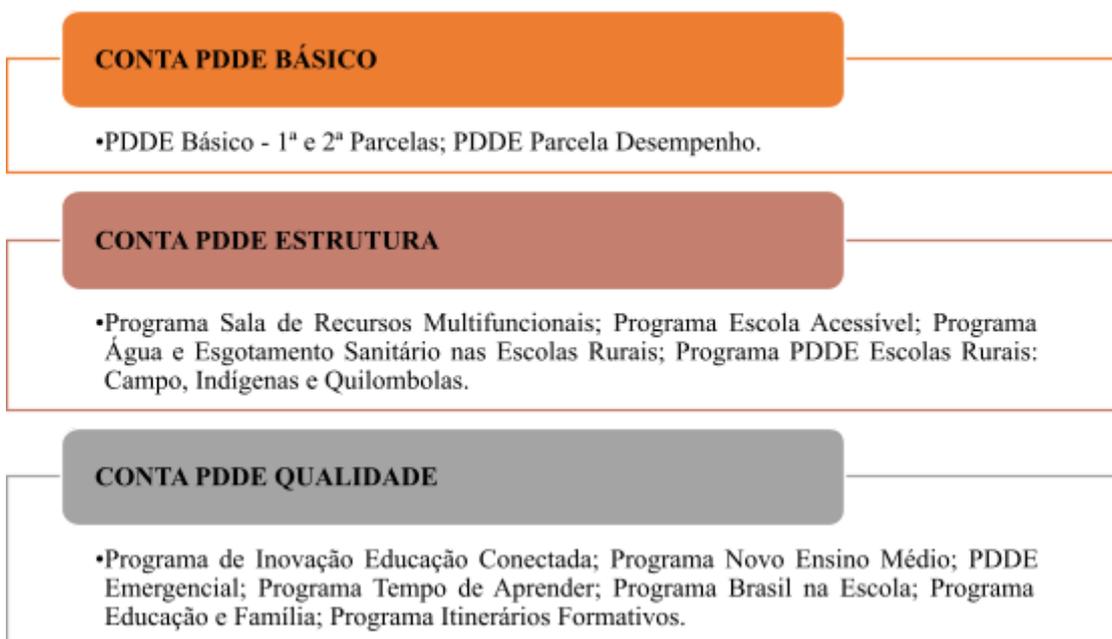


Figura 1: Modalidades do PDDE (ações agregadas)  
Fonte: Adaptado a partir do FNDE, 2022.

Destaca-se que, embora exista um *modus operandi* similar ao que tange a forma de transferências e gestão dos recursos repassados aos três tipos de contas, cada Programa atende a objetivos e públicos-alvo específicos, especificados em seus próprios ordenamentos legais. Ademais, é importante ressaltar os critérios

estabelecidos especificamente para fins de participação em cada Programa, Quadro 2.

Critérios Básicos	Possuir Unidade Executora Própria – UEx;
	Estar adimplente com a prestação de todas as contas dos Programas que participou no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC Contas Online;
	Fazer adesão no Sistema PDDE Interativo, quando o MEC abrir para inscrição, ou ainda no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC;
	Possuir cadastro atualizado no Sistema PDDEWeb;

Quadro 2: Critérios básicos de participação nos Programas PDDE.

Fonte: Adaptado a partir de FNDE, 2022.

Nesse contexto, a política PDDE pelo seu grau de abrangência, torna-se uma das políticas mais importantes de financiamento da União aos estados e municípios para o atendimento à educação básica, uma vez que compõe um processo de instauração de um novo padrão de gestão escolar e financeira nas escolas públicas brasileiras. De uma forma geral, as ações desenvolvidas pelo PDDE envolvem várias atividades e objetivam a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, buscando contribuir para elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Dessa forma, observa-se a importância de fomentar a agenda de pesquisa sobre avaliação de políticas educacionais baseadas em evidências, que possam por um lado, subsidiar o delineamento do Estado em ação, e por outro, contribuir para a ampliação do conhecimento e discussão acerca de um Programa ativo há bastante tempo, porém com baixa inserção sobre as implicações do mesmo.

***Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943***

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



### 3. Escolhas Metodológicas e Discussão dos Resultados.

A partir do resgate institucional do PDDE aqui apresentada em linhas gerais, o presente trabalho buscou analisar descritivamente dois pontos: a) a execução do PDDE, através da compilação de algumas informações sobre a distribuição do repasse dos recursos na região, b) a inserção do objeto de pesquisa – PDDE –, na produção acadêmica no período de 2005 à 2022, buscando identificar a centralidade do conteúdo (abordagem metodológica, área de conhecimento, dentre outros) nas distintas produções acadêmicas<sup>5</sup>. Para as atividades de natureza descritiva, recorreu-se aos dados estruturados de forma transversal, para o período correspondente a disponibilidade de dados (2014 – 2022), sobre a execução dos recursos do PDDE<sup>6</sup>. Por sua vez, para a análise sobre a centralidade do conteúdo da produção acadêmica, o período analisado corresponde a 2005 a 2022.

Foram realizadas abordagens comparativas acerca da configuração operacional do PDDE, abarcando os volumes de recursos repassados à clientela da política, sua distribuição espacial, notadamente considerando a região Nordeste como unidade de análise. Quanto a constituição da produção acadêmica sobre o PDDE, foi realizada uma pesquisa bibliográfica investigando as publicações nas bases de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>7</sup>, tendo como critério pesquisador a palavra-chave “PDDE” no título do trabalho acadêmico. Tal estratégia metodológica, proporcionou analisar os temas que estão sendo abordados nas pesquisas, as abordagens metodológicas e as áreas de conhecimento.

Contudo, vale destacar a importância de trabalhos empíricos na área da Educação, notadamente em políticas educacionais, que utilize de forma comparada

---

<sup>5</sup> Além da revisão da literatura, também foi realizada uma análise de documentos institucionais publicados pelo FNDE, o que subsidiou a construção textual da primeira seção do artigo (referencial teórico).

<sup>6</sup> Dados disponibilizados pelo FNDE.

<sup>7</sup> Informação disponível no endereço eletrônico da biblioteca: <http://bdttd.ibict.br/vufind/Content/history>.



um número robusto de informações, o que permite a este esforço analítico contribuir para análise de uma política pública (e possíveis aperfeiçoamentos), bem como na consolidação da agenda de pesquisa sobre os estudos aplicados aos programas governamentais educacionais.

### 3.1 PDDE em números.

A região Nordeste concentra, aproximadamente, 30% da população do país ao longo de 9 estados, apresentando um robusto quantitativo de estabelecimentos públicos escolares, respondendo atualmente por volta de 36,1% das escolas públicas que atendem a Rede de Ensino Básico (Ensino Fundamental anos iniciais e finais e o Ensino Médio). Embora, embora tenha ocorrido uma redução no número de escolas na região, o Nordeste ainda é a região com o maior número de escolas públicas no país, o que pode ser encarado enquanto desafio para iniciativas de políticas educacionais descentralizadas, a exemplo do PDDE.

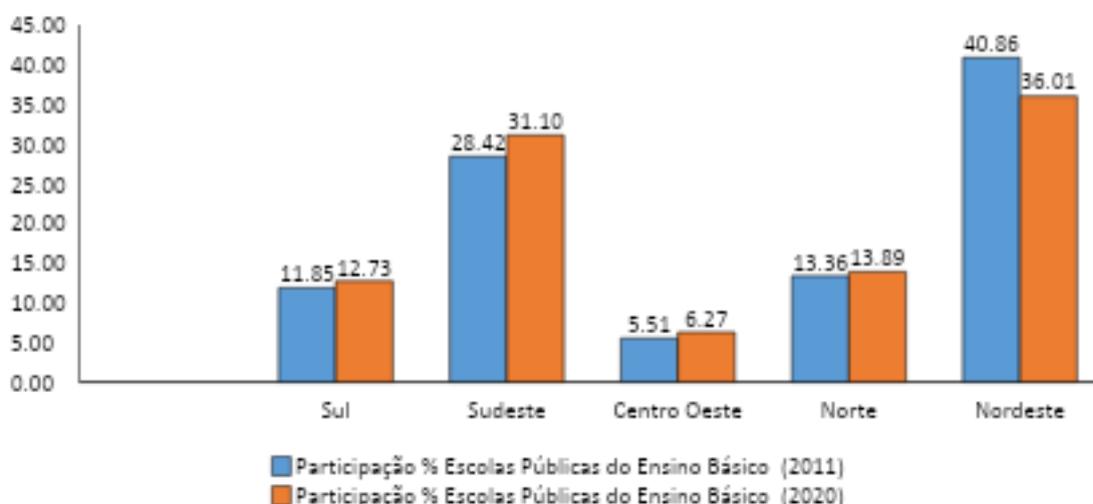


Gráfico 2: Evolução da Participação % das Escolas Públicas do Ensino Básico (Ensino Fundamental e Ensino Médio) por Região do País.

Fonte: Elaboração própria, a partir de INEP: Sinopse Estatística da Educação Básica (versões 2011 e 2020).

A análise descritiva sobre a execução dos repasses financeiros do PDDE para as escolas na Região Nordeste, teve como objetos de análise: a) a média dos valores pagos às unidades escolares entre os anos de 2014 a 2021, e b) o padrão médio performático do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES/PDDE)<sup>8</sup>, nesse mesmo período.

Olhando particularmente sobre a cobertura espacial do PDDE na região Nordeste, observa-se que 98,98% do total das escolas públicas estão vinculadas ao PDDE em 2021. Desagregando por UF, nota-se que em 4 dos 9 estados nordestinos, o Programa está em 100% das escolas públicas, são eles: MA, PE, PI e SE. No que diz respeito à evolução no número de escolas com PDDE, observa-se que, em média, houve um crescimento de 8,47% de 2021 em relação à 2014. (Tabela 1, Gráfico 3, Tabela 2).

Unidade da Federação	Quantidade de Municípios	Total de Escolas (Rede Pública)	Total de Escolas com IdeGES (2021)	% de Escolas da rede pública com PDDE
Alagoas	102	2.651	2.618	98,76
Bahia	417	13.612	13.502	99,19
Ceará	184	8.115	7.753	95,54
Maranhão	217	7.887	7.887	100,00
Paraíba	223	3.860	3.856	99,90
Pernambuco	185	5.813	5.813	100,00
Piauí	224	4.350	4.350	100,00
R.G. do Norte	167	2.807	2.795	99,57
Sergipe	75	1.801	1.805	100,22

<sup>8</sup> O IdeGES-PDDE, é um índice composto por 3 dimensões representativas do desempenho do programa nos entes federados: adesão, execução e prestação de contas dos recursos. Com o objetivo de viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão (FNDE, 2022).



<b>Total</b>	<b>1.794</b>	<b>50.896</b>	<b>50.379</b>	<b>98,98</b>
--------------	--------------	---------------	---------------	--------------

Tabela 1: Distribuição Espacial do Quantitativo de Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal na Região Nordeste. Fonte: Elaboração própria a partir do MEC/FNDE (2022).

<b>Estados</b>	<b>Número de Escolas com PDDE</b>		<b>Taxa de Variação</b>
	<b>2014</b>	<b>2021</b>	
<b>Alagoas</b>	2.402	2.618	<b>8,99</b>
<b>Bahia</b>	12.257	13.502	<b>10,16</b>
<b>Ceará</b>	7.069	7.753	<b>9,68</b>
<b>Maranhão</b>	7.229	8.062	<b>11,52</b>
<b>Paraíba</b>	3.559	3.856	<b>8,35</b>
<b>Pernambuco</b>	5.398	5.864	<b>8,63</b>
<b>Piauí</b>	4.105	4.370	<b>6,46</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	2.610	2.795	<b>7,09</b>
<b>Sergipe</b>	1.713	1.805	<b>5,37</b>

Tabela 2: Evolução do Quantitativo de Escolas com PDDE por UF (2014 – 2021).  
Fonte: Elaboração própria a partir do MEC/FNDE (2022).

Quando analisados os valores pagos às escolas, é possível observar que, em média, ocorreu uma elevação de 88,88% dos valores repassados em todos os Estados nordestinos, quando comparado 2021 em relação a 2014. Embora, Alagoas, Maranhão e Sergipe, tenham ficado acima da média, a taxa de variação de uma forma geral sugere uma maior uniformidade relativa em tais valores (Tabela 3).



Estados	Valor Médio dos Repasses		Taxa de Variação
	2014	2021	
<b>Alagoas</b>	3.205,87	6.471,30	101,86
<b>Bahia</b>	3.035,94	5.628,84	85,41
<b>Ceará</b>	3.076,49	5.562,47	80,81
<b>Maranhão</b>	2.953,89	5.991,66	102,84
<b>Paraíba</b>	2.868,99	5.262,44	83,42
<b>Pernambuco</b>	3.811,44	7.041,41	84,74
<b>Piauí</b>	2.556,99	4.612,54	80,39
<b>Rio Grande do Norte</b>	3.106,10	5.727,31	84,39
<b>Sergipe</b>	2.960,19	5.804,07	96,07

Tabela 3

Padrão Médio e Taxa de variação da Execução dos Repasses por UF (2014 – 2021). Fonte: Elaboração própria a partir do MEC/FNDE (2022).

Em média, observa-se que o IdeGES, decaiu 17,03% em todos os estados nordestinos, sendo Alagoas, Bahia, Piauí e Sergipe, os estados com índices acima da média, ou seja, com os piores desempenhos no IdeGES ao final da série histórica, o que contrasta com o padrão de elevação dos repasses financeiros para estes estados. (Gráfico 3).



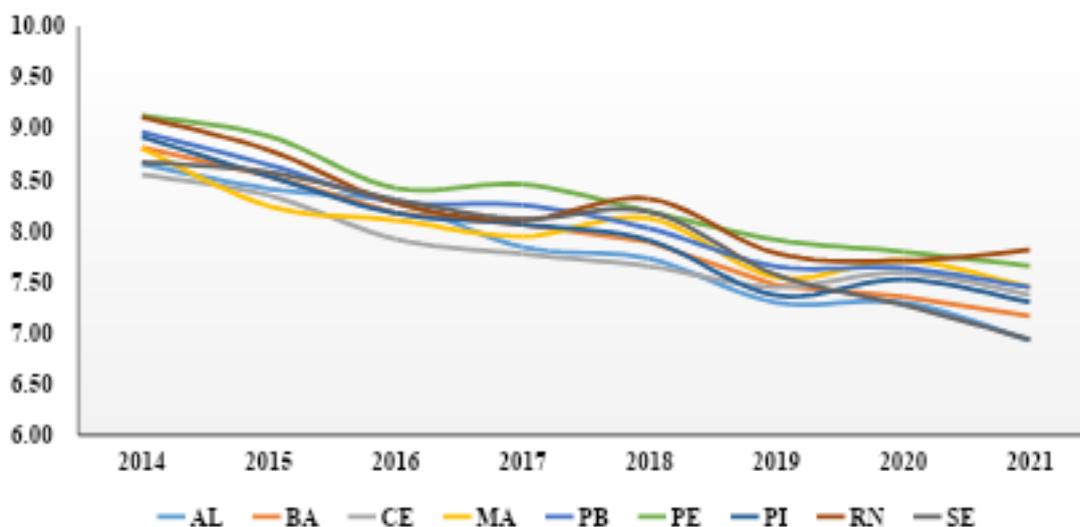


Gráfico 3: Evolução do IdeGES nas Escolas da Região Nordeste. Fonte: Elaboração própria a partir do MEC/FNDE (2022).

Destarte, ao se constatar o decréscimo médio das escolas no principal índice de gestão do Programa e por se tratar de um índice composto, é importante identificar qual(is) subíndice(s) estão contribuindo negativamente para esse padrão performático e buscar desenvolver ações corretivas, a exemplo da contínua qualificação da burocracia escolar local acerca dos procedimentos de gestão dos recursos repassados a partir de treinamento da assistência técnica sob a metodologia de resolução de dilemas e entraves no exercício das tarefas que impactam diretamente o nível do IdeGES.

### 3.2 PDDE em trabalhos acadêmicos.

Por seu turno, no que diz respeito ao segundo objeto de análise neste trabalho, a pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica acerca do PDDE possibilitou a realização de alguns achados descritivos. Observa-se que a distribuição da produção de dissertações e teses sobre o PDDE no país (período de 2005 a 2022), possibilitou identificar um total de 32 trabalhos acadêmicos, sendo a maioria dissertações de mestrado (84,38%), na área de conhecimento de Educação (81,25%), estando os trabalhos concentrados na região sudeste do país (46,88%), com 15 ocorrências, contrastando com o baixo percentual da região nordeste



(3,13%) (Gráfico 4, Gráfico 5 e Gráfico 6). Este dado aponta para um campo fértil para a produção acadêmica sobre esta importante política pública.

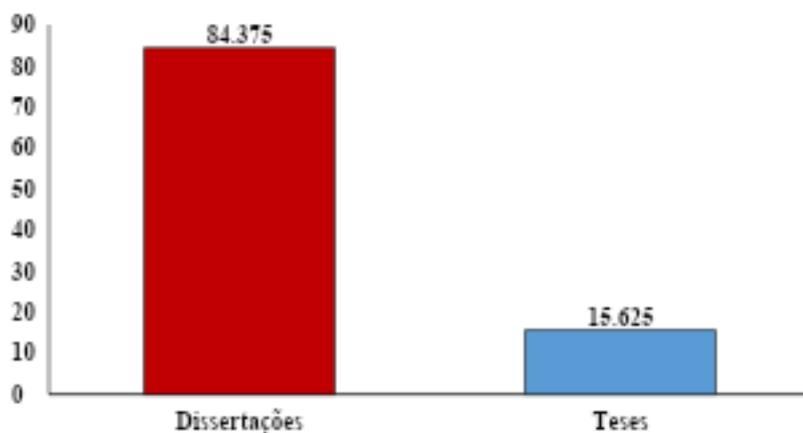


Gráfico 4: Distribuição (%) dos trabalhos acadêmicos sobre o PDDE (2005 – 2022). Fonte: Elaboração própria a partir de BDTD (2022).

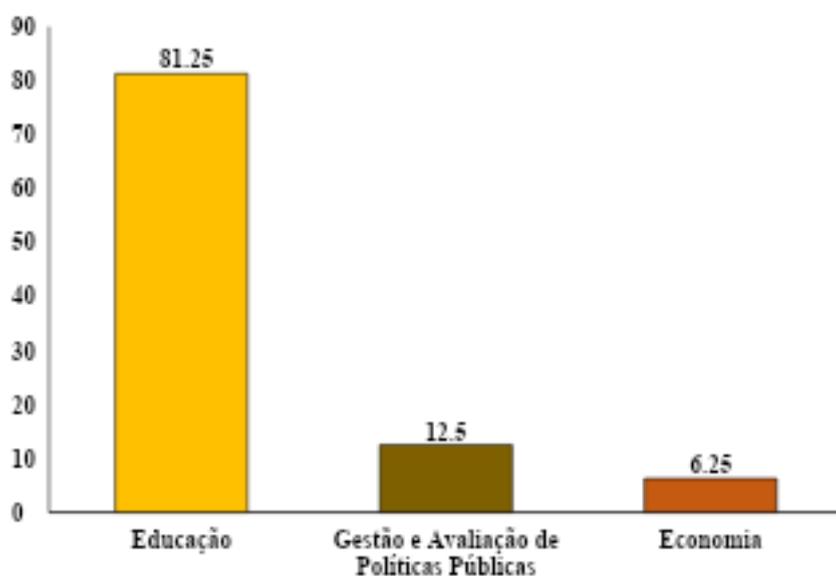


Gráfico 5: Distribuição (%) dos trabalhos acadêmicos sobre o PDDE por área de conhecimento (2005 – 2022). Fonte: Elaboração própria a partir de BDTD (2022).

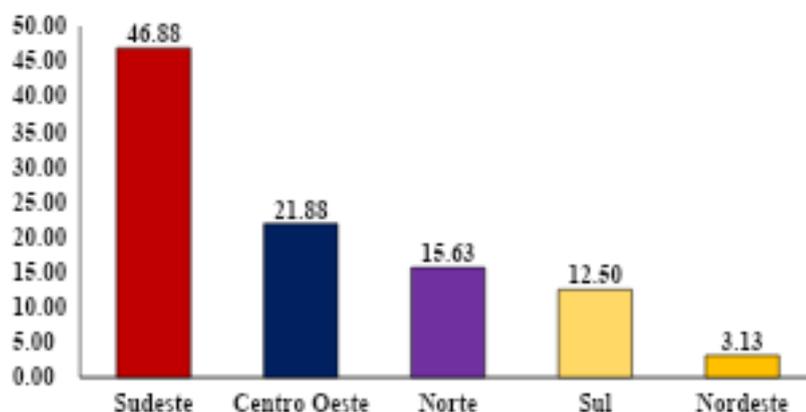
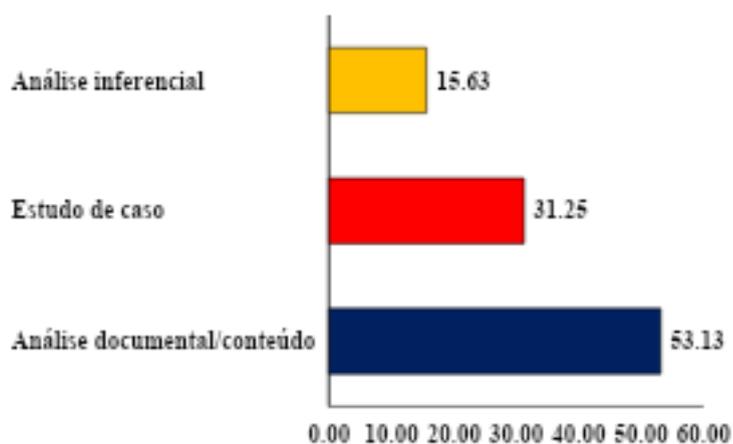


Gráfico 6: Distribuição (%) dos trabalhos acadêmicos por Região (2005 – 2022). Fonte: Elaboração própria a partir de BDTD (2022).

Além de localizar as pesquisas que versaram sobre o PDDE, buscou-se identificar as abordagens metodológicas empreendidas nessas dissertações e teses, onde é possível identificar que existe uma predominância de análises documentais e estudos de caso, representando 84,38% dos trabalhos (Gráfico 7). A partir dos resumos das produções acadêmicas, foi possível construir uma nuvem de palavras com os termos centrais utilizados nas distintas produções sobre o PDDE ao longo do período analisado, possibilitando inferir que a maioria dos trabalhos gravitaram nas discussões acerca da gestão educacional, política de financiamento, descentralização da política educacional, gerenciamento do Programa. (Fig. 2).





histórico e institucionalmente via descentralização financeira e administrativa, a exemplo do Programa em tela: PDDE. A busca por evidências auxilia na compreensão do contínuo questionamento que gravita as políticas públicas educacionais: Afinal, como uma política pública criada há mais de 20 anos (o PDDE), tem colaborado na melhoria da qualidade da educação básica no Brasil?

Obviamente, trata-se de um questionamento complexo, em face das múltiplas variáveis e situações contextuais inerentes ao processo de descentralização de políticas públicas. Porém, é importante destacar que o presente esforço analítico buscou fazer um mapeamento empírico e bibliográfico sobre alguns achados importantes no que tange a evolução (com uma série histórica mais ampla) de duas dimensões sobre a política: Repasses financeiros e Produção acadêmica sobre o PDDE, como forma de lançar luz sobre o debate na Região Nordeste e sedimentar o caminho para trabalhos futuros mais refinados metodologicamente e analiticamente.

Ao analisar descritivamente a evolução dos repasses do PDDE às unidades escolares, constatou-se a crescente elevação da participação do PDDE nas escolas públicas na região Nordeste, sobretudo nos Estados que detêm os maiores quantitativos de estabelecimentos escolares, a exemplo da Bahia e Maranhão. Ou seja, trata-se de um Programa governamental consolidado espacialmente na região. Embora o Programa tenha um caráter suplementar e tenha ocorrido uma evolução positiva nos valores repassados às unidades escolares, é possível observar que, em média, o valor de R\$ 5.416,78 pode ser considerado baixo para suprir anualmente as necessidades de infraestrutura e apoio pedagógico previstos pelo Programa.

Este fato pode ter implicações distintas, desde questões de debilidades no planejamento e IdeGES à inadimplência e/ou exclusão no Programa. Nesse sentido, ressalta-se que, para além da importância da definição e difusão dos processos técnicos de gestão do PDDE, é essencial a revisão conceitual e valorativa sobre os bens e serviços previstos com os recursos do Programa, para torná-lo cada vez mais exequível às necessidades da comunidade escolar.

De uma forma geral, a análise descritiva sobre a produção acadêmica (teses e dissertações) do PDDE, possibilitou identificar um reduzido interesse neste



Programa como objeto de análise, sobretudo nos trabalhos com viés mais aplicado. Compreende que a elaboração e disseminação de trabalhos aplicados sobre o PDDE, possam se tornar um conhecimento útil e uma ferramenta capaz de otimizar a condução dos objetivos, procedimentos, métodos e ações nas instituições educacionais onde o PDDE atua, potencializando efetivar *avaliações* sobre o papel do PDDE enquanto política de financiamento da educação básica alicerçada na gestão democrática.

Em síntese, o PDDE é uma política com mais de 20 anos de atuação, presente em quase todas as escolas públicas do Nordeste, o que configura um grande desafio para otimizar as distintas experiências de gestão participativa e transparente, assim como na contribuição para elevação dos índices de desempenho da educação básica. Para auxiliar nesse desafio, compreende-se a necessidade de ampliação dos estudos aplicados que possam evidenciar os elos críticos do Programa, destacando os avanços e limites. Nesse contexto, entende-se que a criação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE)<sup>9</sup>, podem ser espaços frutíferos na contribuição de análises aplicadas do referido programa, através da realização de assistência técnica, monitoramento e avaliação da gestão dos recursos financeiros do PDDE.

## Referências

APRESENTAÇÃO o que é? **PDDE: Programa Dinheiro direto na Escola.**

Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pd>  
de. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, Brasília, 1995. Disponível em:

[https://bresserpereira.org.br/index.php/mare-ministerio-da-reforma-do-estado/docum](https://bresserpereira.org.br/index.php/mare-ministerio-da-reforma-do-estado/documents-of-the-1995-managerial-reform/7181-121)  
[ents-of-the-1995-managerial-reform/7181-121](https://bresserpereira.org.br/index.php/mare-ministerio-da-reforma-do-estado/documents-of-the-1995-managerial-reform/7181-121).

---

<sup>9</sup> Fruto da parceria criada entre FNDE e algumas Universidades Públicas no Brasil que participaram da chamada pública do Órgão.



BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientações Básicas do PDDE/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pd-de/manuais-e-orientacoes-pdde>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatórios de Gestão**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 25 set. 2022.

CEOLIN, Alessandra Carla, et al. **Administração dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Um estudo de caso da escola municipal 19 de julho**. [Anais...] Congresso Internacional de Administração - ADMPG, Ponta Grossa - Brasil, 2018.

FABREGAT AIBAR, Laura *et al.* A bibliometric and visualization analysis of Socially Responsible Funds. **Sustainability**, MDPI, v.11, n.9, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/9/2526>. Acesso em: 26 set. 2022.

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta e SANCHES, André Emílio. Mapeamento e Caracterização do Movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas Públicas e Uso de Evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: Casa Civil da Presidência, 2022, 107-124p.

GOMES, Danielly Costa; *et al.* **A gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola no Estado Pará**. Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, v. 8, [s.n], p. 286-292, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesoinformacao/institucional/legislacao/item/14160-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-5,-de-20-de-abril-de-2021>.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **Fineduca -Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n.12, 2015. ISSN: 2236-5907 DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67555/38751> .

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5 n.2, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>.

**Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943**

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



PRESTES, E. M. T. A avaliação de políticas sociais: questões teóricas, metodológicas e políticas. **Revista Lusófona de Educação**, n. 22, 2012, 85-101p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/275933084.pdf>.

PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. Políticas Públicas baseadas em evidências (PPBEs): Delimitando o problema conceitual. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td\\_2554.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td_2554.pdf).

SCRIVEN, Michel. **Avaliação: um guia de conceitos**. Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Paz e Terra. 2018.

SILVA, Anderson Roberto Pires, et al. A gestão dos conselhos escolares a partir dos recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA**, v. 17, n. 2, p. 58-82, 2020.

**Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943**

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

